

## **ATA Nº 423ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

### **DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

1 Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e  
2 dezoito, às 8:30 horas, em sua sede na rua Ramiro  
3 Barcelos, nº 2350, realizou-se a quadringentésima  
4 vigésima terceira reunião Ordinária do Conselho de  
5 Administração do Hospital de Clínicas de Porto Alegre,  
6 sob a Presidência da Prof<sup>a</sup> Nadine Oliveira Clausell.  
7 Presentes os Conselheiros: Prof<sup>a</sup> Nadine Oliveira  
8 Clausell, Diretora-Presidente do Hospital de Clínicas  
9 de Porto Alegre; Prof<sup>a</sup> Jane Fraga Tutikian, Vice-  
10 Reitora da UFRGS; Prof. Hélio Henkin, Pró-Reitor de  
11 Administração e Planejamento da UFRGS; Prof<sup>a</sup> Lúcia  
12 Maria Kliemann, Diretora da Faculdade de Medicina da  
13 UFRGS; Prof<sup>a</sup> Maria Helena Guimarães de Castro,  
14 representante do Ministério de Educação; Bel. Marcelo  
15 Kalume Reis, representante do Ministério da Fazenda;  
16 Prof. Gleisson Cardoso Rubin, representante do  
17 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;  
18 Prof. Jair Ferreira e Prof. Alberto Scofano Mainieri,  
19 representantes da Faculdade de Medicina da UFRGS.  
20 Presentes, também, como ouvintes, os Conselheiros  
21 Fiscais do HCPA: Cont. Iara Ferreira Pinheiro, Econ.  
22 André Luiz Valente Mayrink, Adm. Wasley José da Silva.  
23 Presentes, como participantes, sem direito a voto:  
24 Prof. Milton Berger, Diretor Médico; Bel. Jorge Luis  
25 Bajerski, Diretor Administrativo; Prof<sup>a</sup> Ninon Girardon  
26 da Rosa, Coordenadora do Grupo de Enfermagem; Prof<sup>a</sup>  
27 Patrícia Ashton Prolla, Coordenadora do Grupo de  
28 Pesquisa e Pós-Graduação; Prof. José Geraldo Lopes  
29 Ramos, Coordenador do Grupo de Ensino. A seguir, a  
30 Senhora Presidente justificou a ausência do Prof.  
31 Francisco de Assis Figueiredo e da Prof<sup>a</sup> Gisela Maria  
32 Schebella Souto de Moura e colocou em apreciação a Ata

33 da 422<sup>a</sup> Reunião Ordinária, que foi aprovada, por  
34 unanimidade e passou a Ordem do Dia: **SEI - SISTEMA**  
35 **ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO**: Convidou a Analista de TI  
36 Maria Luiza Falsarella Malvezzi a apresentar o  
37 assunto. A Analista Maria Luiza fez uma breve  
38 apresentação sobre: - Tipos de Processos; - Benefícios  
39 do SEI: - Economia; - Agilidade; - Gestão do Fluxo dos  
40 Processos. Retomando a palavra a Senhora Presidente  
41 agradeceu a Analista Luiza e passou ao próximo item da  
42 Ordem do Dia: **GRUPO DE ENSINO - Relatório de 2017**:  
43 Convidou o Prof. José Geraldo Lopes Ramos a apresentar  
44 o assunto. O Prof. José Geraldo iniciou colocando: -  
45 Atividades de Ensino; - Estrutura do Grupo de Ensino;  
46 - Serviços; - Programa de Residência Médica (COREME);  
47 - Programa de Residência Integrada Multiprofissional  
48 em Saúde (COREMU); - Programa de Residência Integrada  
49 em Saúde Bucal da Faculdade de Odontologia da UFRGS; -  
50 Mestrado Profissional em Pesquisa Clínica; - Mestrado  
51 Profissional em Álcool e Drogas; - Aulas  
52 Práticas/Estágios - GENS; - Atividades Acadêmicas da  
53 UFRGS; - Mobilidade Acadêmica Internacional e Nacional  
54 na UFRGS; - Número de alunos de outras instituições de  
55 ensino conveniadas com o HCPA; - Atividades Acadêmicas  
56 Curriculares Não Obrigatórias; - Programa  
57 Institucional de Cursos de Capacitação e  
58 Aperfeiçoamento para Profissionais (PICCAP); -  
59 Programa Institucional de Cursos de Capacitação para  
60 Alunos em Formação (PICCAF); - Apoio ao Ensino de Pós-  
61 Graduação Stricto Sensu; - Laboratório de Simulação; -  
62 Treinamento em Procedimentos Minimamente Invasivos -  
63 Instituto Simutec; - Perspectivas. Retomando a  
64 palavra, a Senhora Presidente agradeceu ao Prof. José  
65 Geraldo e passou ao próximo item da Ordem do Dia:  
66 **RELATÓRIO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO/2017**: Convidou a  
67 Analista Maria Luiza Falsarella Malvezzi a prestar os  
68 esclarecimentos necessários. Retomando a palavra a  
69 Senhora Presidente agradeceu a Analista Maria Luiza e  
70 colocou em votação e foi aprovada, por unanimidade,  
71 inclusão do Relatório de Gestão e Administração de  
72 2017, na Assembleia Geral Ordinária e passou ao

73 próximo item da Ordem do Dia: **DEMONSTRAÇÕES**  
74 **FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017, ACOMPANHADAS**  
75 **DAS NOTAS EXPLICATIVAS.** Neste momento foi convidado o  
76 Contador Nelson Camara da Silva, representante da  
77 Auditoria Externa Audilink a participar da reunião,  
78 para prestar esclarecimentos se necessário for.  
79 Convidou a Contadora Neiva Terezinha Finato a  
80 apresentar o assunto. Retomando a palavra, a Senhora  
81 Presidente agradeceu a Cont. Neiva e ao Cont. Nelson e  
82 colocou em votação e foi aprovada, por unanimidade,  
83 a inclusão do assunto no instrumento de convocação da  
84 Assembleia Geral Ordinária e passou ao próximo item:  
85 **DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DEDUÇÃO DO**  
86 **CAPITAL SOCIAL):** Convidou a Contadora Neiva Terezinha  
87 Finato a apresentar o assunto. Retomando a palavra, a  
88 Senhora Presidente agradeceu à Cont. Neiva e colocou  
89 em votação e foi aprovado, por unanimidade, por manter  
90 o resultado do exercício de 2017 em conta de Prejuízos  
91 Acumulados no Patrimônio Líquido e a inclusão do  
92 assunto no instrumento de convocação da Assembleia  
93 Geral Ordinária e passou ao próximo item da Ordem do  
94 Dia: **ALTERAÇÃO DO ARTIGO 8º DO ESTATUTO SOCIAL QUANTO**  
95 **AO NOVO VALOR DO CAPITAL SOCIAL.** Este item ficou  
96 prejudicado pela aprovação, por parte dos  
97 Conselheiros, de manter o resultado do exercício de  
98 2017, em conta de Prejuízos Acumulados no Patrimônio  
99 Líquido e passou ao próximo item da Ordem do Dia:  
100 **REMUNERAÇÃO DOS DIRETORES E CONSELHEIROS.** Convidou a  
101 Assessora de Assuntos Institucionais Roseli Fátima  
102 Armiliatto Bortoluzzi a apresentar o assunto.  
103 Retomando a palavra, a Senhora Presidente colocou em  
104 votação e foi aprovada, por unanimidade, a inclusão do  
105 assunto no instrumento de convocação da Assembleia  
106 Geral Ordinária e passou ao próximo item da Ordem do  
107 Dia: **RELATORIO CONJUNTO DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA**  
108 **FUNDAÇÃO MÉDICA DO RIO GRANDE DO SUL/2017.** A Senhora-  
109 Presidente disse que o Relatório foi feito pela  
110 Comissão de Acompanhamento e Avaliação em conjunto com  
111 a Coordenadoria de Gestão de Auditoria Interna do HCPA  
112 e colocado a disposição para esclarecimentos.

113 Retomando a palavra, a Senhora Presidente colocou em  
114 votação e foi aprovado, por unanimidade o Relatório  
115 Conjunto de Avaliação das Atividades da Fundação  
116 Médica do Rio Grande do Sul e passou aos próximos  
117 quatro itens da Ordem do Dia: **RELATÓRIO DE AUDITORIA**  
118 **Nº 044/2017 - AUDITORIA DE INVENTÁRIOS DE MATERIAIS E**  
119 **MEDICAMENTOS NOS ALMOXARIFADOS; RELATÓRIO DE AUDITORIA**  
120 **Nº 054/2017 - AUDITORIA DOS PROCESSOS DE PENALIDADES**  
121 **DO 2º SEMESTRE DE 2017; RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº**  
122 **056/2017 - AUDITORIA PRÉVIA DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS**  
123 **DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017; RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº**  
124 **061/2017 - SALDOS CONTÁBEIS EM 30/06/2017 E**  
125 **30/09/2017.** Convidou o Contador Guilherme Leal Camara  
126 a apresentar os quatro assuntos. Retomando a palavra,  
127 a Senhora Presidente agradeceu ao Cont. Guilherme e  
128 passou ao próximo item da Ordem do Dia: **POLÍTICA DE**  
129 **PESSOAL - PEDIDO DE ACORDO COLETIVO - FRACIONAMENTO DE**  
130 **FÉRIAS.** Convidou a Assessora de Assuntos  
131 Institucionais Roseli Fátima Armiliatto Bortoluzzi a  
132 apresentar o assunto. Retomando a palavra, a Senhora  
133 Presidente agradeceu a Assessora Roseli e colocou em  
134 votação e foi aprovado, por unanimidade. Prosseguindo,  
135 o Cont. Guilherme comunicou que não existe pendência  
136 com relação ao TCU e CGU. A Cont. Neiva informou que  
137 houve venda de bem imobilizado: Processo nº  
138 23092.000234/2017-27 - 418ª reunião do Conselho  
139 Diretor; baixa: bens irrecuperáveis, data da baixa:  
140 16/02/2018, quantidade de itens 53 - Leilão 004/2017;  
141 Processo nº 23092.000347/2017-22 - 421ª reunião do  
142 Conselho Diretor; baixa: doação, data da baixa:  
143 16/02/2018, quantidade de itens 97 - Diversos centros  
144 - conforme projeto PREVER; Processo nº  
145 23092.000235/2017-71 - 416ª reunião do Conselho  
146 Diretor; bens irrecuperáveis, data da baixa:  
147 16/02/2018, quantidade de itens 62 - Leilão 004/2017;  
148 Processo nº 23092.000253/2017-53 - 418ª reunião do  
149 Conselho Diretor; bens ociosos, data da baixa:  
150 19/02/2018, quantidade de itens 10 - Doação ao  
151 Hospital Psiquiátrico São Pedro; Processo nº  
152 23092.000236/2017-16 - 416ª reunião do Conselho

153 Diretor; bens irrecuperáveis, data da baixa:  
154 16/02/2018, quantidade de itens 316 - Leilão 004/2017.  
155 Como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, a  
156 Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e  
157 encerrou a reunião. Porto Alegre, 19 de março de 2018.

  
Profª Nadine Oliveira Clausell  
Presidente

  
Adm. Roselia Pandolfo Coelho  
Secretária



## **Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA**

Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas  
adotadas no Brasil em 31 de Dezembro de 2017



**Demonstrações Financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

SUMARIO

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2017.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL .....	4
NOTAS EXPLICATIVAS .....	11
01 CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	11
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS .....	16
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO .....	17
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	17
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS.....	18
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL .....	18
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO.....	18
09 IMOBILIZADO.....	19
10 INTANGÍVEL.....	20
11 FORNECEDORES.....	20
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS.....	20
13 CONTINGÊNCIAS E APROPRIAÇÕES POR COMPETÊNCIA.....	21
14 REPASSES RECEBIDOS DA UNIÃO PARA INVESTIMENTOS E A MUDANÇA DE CRITÉRIO CONTÁBIL.....	23
15 RECEITA DIFERIDA LÍQUIDA .....	23
16 OBRIGAÇÕES DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	24
17 CAPITAL SOCIAL.....	24
18 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL .....	24
19 RESERVAS DE RETENÇÃO DOS LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS .....	25
20 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	25
21 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA .....	26
22 DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS .....	26
23 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS .....	27
24 RESULTADO FINANCEIRO .....	27
25 SEGUROS DE RISCOS.....	28
26 CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM BASE NA LEI Nº 6.404/76 E LEI Nº 4.320/64.....	28
27 CONCILIAÇÃO DOS REPASSES RECEBIDOS COMO ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL E SEU REFLEXO NA COORDENAÇÃO-GERAL DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS (COPAR).....	31
28 REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES .....	32



**Demonstrações Financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2017

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA é uma instituição pública e universitária, integrante da rede de hospitais universitários do Ministério da Educação (MEC) e vinculada academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sendo um dos principais centros de atenção médica do estado, é também um polo de investigação científica e tecnológica. Oferece assistência integral à saúde dos cidadãos, através de suas equipes de saúde das clínicas médica, cirúrgica, pediátrica, obstétrica e psiquiátrica, em conjunto com equipes multiprofissionais.

Em 2017 foram realizadas na instituição mais de 589 mil consultas, 31 mil internações, 49 mil cirurgias, 3 milhões de exames e quase 3 mil partos. Ainda, foram realizados 495 transplantes, 1,85% a mais que no ano passado, reafirmando a vocação institucional para procedimentos de alta complexidade.

A busca de melhoria contínua e da excelência assistencial é evidenciada na atuação do Núcleo de Segurança do Paciente, composto pelo Programa de Gestão da Qualidade e da Informação em Saúde (Qualis) e pela Comissão de Gerência de Risco Sanitário-Hospitalar, e da Comissão de Controle de Infecções Hospitalares (CCIH). Na organização dos fluxos internos e no relacionamento com o restante da rede de saúde destacam-se a atuação do Núcleo Interno de Regulação (NIR) e do Núcleo de Acesso e Qualidade Hospitalar (NAQH).

Na área da pesquisa, o Clínicas mantém convênios com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (Decit/MS), e com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). No HCPA atuam hoje 469 pesquisadores responsáveis com projetos de pesquisa e 589 doutores atuantes entre professores e contratados. Em 2017, foram realizadas 3.091 consultorias de pesquisa e aprovados 685 projetos. Foram 671 artigos publicados, sendo que o número de citações aumentou em 9%, o que demonstra maior inserção da pesquisa no âmbito internacional.

O HCPA também tem papel fundamental no ensino, tendo 15 cursos de graduação com atividades dentro da instituição, em um total de 86 disciplinas ou estágios. Também considerando os cursos de graduação, passaram pelo HCPA 1.534 alunos no primeiro semestre e 1.630 alunos no segundo semestre letivo. Na pós-graduação, há apoio a 22 Programas de Pós-graduação da UFRGS, sendo 11 vinculados a Faculdade de Medicina e dois programas de mestrado profissional em Pesquisa Clínica e em Prevenção e Assistência a Usuários de Álcool e Outras Drogas.

Na residência médica, a instituição mantém 46 Programas de Residência Médica, 31 áreas de atuação, dois anos opcionais e quatro Programas de Residência Médica em Transplantes. Durante este ano estiveram em formação no HCPA 560 médicos residentes. Na Residência Integrada Multiprofissional em Saúde, que oferece nove áreas de atuação, houve 89 profissionais em formação e 41 profissionais concluíram a residência em 2017. O hospital oferece também Programa Institucional de Cursos de Capacitação para Alunos em Formação (Piccaf), Programa Institucional de Cursos de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional (Piccap), Programa Jovem Aprendiz e Programa de Acolhimento e Integração Institucional.

Ainda em 2017, o Hospital de Clínicas foi reacreditado pela *Joint Commission International*. Foi também uma das instituições agraciadas no 21º Concurso Inovação no Setor Público e recebeu os prêmios Top of Mind, sendo o hospital mais lembrado pelos porto-alegrenses e o Top Ser Humano, por sua atuação na área de Gestão de Pessoas.

Em paralelo a todo esse cenário descrito, ao longo de 2017, o HCPA manteve a condução das obras dos prédios anexos, bem como ampliação do prédio-garagem, que irá contemplar a ampliação de 516 vagas para a comunidade interna.







**Demonstrações Financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**Balanco Patrimonial**

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	58.855	35.005
Créditos a Receber a Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		138	125
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	40.502	45.827
Contingências e apropriações por Competência	13	157.371	151.834
Adiantamentos de Pessoal	7	14.502	11.572
Adiantamentos a Unidades e Entidades		-	619
Demais Contas a Receber		2.133	134
Adiantamentos a Fornecedores		15	14
<b>Estoques</b>			
Estoques Materiais de Consumo	8	20.324	21.833
Importação em Andamento		231	1.208
Despesas Pagas Antecipadamente			
Assinaturas e Anuidades a Apropriar		135	140
		<b>294.206</b>	<b>268.311</b>
<b>Não Circulante</b>			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.966	1.844
Contingências e apropriações por Competência	13	278.858	242.661
Devedores por Convênios		44	-
Imobilizado	9	782.151	625.157
Intangível	10	401	765
		<b>1.063.420</b>	<b>870.427</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.357.626</b>	<b>1.138.738</b>



**Demonstrações Financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**Passivo**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	35.745	38.231
Obrigações Tributárias e Sociais	12	2.818	2.410
Obrigações a Restituir		-	12.225
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	13	157.371	151.834
Outras Obrigações		4.087	3.288
		<u>200.021</u>	<u>207.988</u>
<b>Não Circulante</b>			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		-	11.188
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	13	278.858	242.661
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	14	455.090	-
Receita Diferida Líquida	15	-	297.148
		<u>733.948</u>	<u>550.997</u>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Realizado	17	376.403	376.403
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	14	165.273	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	18	(16.600)	(18.173)
Reservas de Lucro	19	21.522	23.969
Prejuízo Exercício	19	(122.941)	(2.446)
		<u>423.657</u>	<u>379.753</u>
<b>Total do Passivo</b>		<u>1.357.626</u>	<u>1.138.738</u>



**Demonstrações Financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota	2017	2016
<b>Receita Operacional Bruta</b>			
Serviços Prestados		222.864	224.782
Repasses Recebidos		1.245.728	1.105.348
Repasses de Apropriações a Receber		47.696	31.491
		<b>1.516.288</b>	<b>1.361.621</b>
<b>Ajustes da Receita Bruta</b>			
Receitas de Diferido (Reversão da Subvenção)		(620)	6.680
Repasses p/Subvenções e Doações Governamentais		(165.273)	(133.437)
Repasso Concedido (CAPES)		(1.494)	(456)
		<b>(167.387)</b>	<b>(127.213)</b>
<b>Deduções da Receita Bruta</b>			
PIS s/Faturamento		(389)	(348)
COFINS s/Faturamento		(1.795)	(1.607)
Glosas e Abatimentos		-	(32)
		<b>(2.184)</b>	<b>(1.987)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>20</b>	<b>1.346.717</b>	<b>1.232.421</b>
<b>Custo dos Serviços</b>	<b>21</b>	<b>(1.085.180)</b>	<b>(1.003.050)</b>
<b>Resultado Operacional Bruto</b>		<b>261.537</b>	<b>229.371</b>
<b>Despesas Operacionais</b>			
Despesas Administrativas		(263.037)	(243.130)
		<b>(263.037)</b>	<b>(243.130)</b>
<b>Outras Receitas e Despesas</b>			
Receitas		40.491	19.373
Despesas		(35.799)	(6.081)
Resultado c/Baixa Bens Imobilizado		(278)	-
	<b>23</b>	<b>4.414</b>	<b>13.292</b>
<b>Lucro Antes do Resultado Financeiro</b>		2.913	(467)
<b>Resultado Financeiro</b>			
Despesas Financeiras		(129.703)	(5.568)
Receitas Financeiras		2.649	2.270
	<b>24</b>	<b>(127.054)</b>	<b>(3.298)</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>(124.141)</b>	<b>(3.765)</b>



**Demonstrações Financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

	<b>Capital Realizado</b>	<b>Remessa de Subvenção p/ Investimento</b>	<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Reservas De Lucro</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>376.403</b>	-	<b>(16.854)</b>	<b>23.556</b>	-	<b>383.105</b>
Realização Avaliação Patrimonial	-	-	(1.319)	-	1.319	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(3.765)	(3.765)
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-	413	-	413
Transferência do Resultado para Reserva de Lucros	-	-	-	(2.446)	2.446	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>376.403</b>	-	<b>(18.173)</b>	<b>21.523</b>	-	<b>379.753</b>
Realização Avaliação Patrimonial	-	-	(1.199)	-	1.199	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(124.141)	(124.141)
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	165.273	-	-	-	165.273
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	2.772	-	-	2.772
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>376.403</b>	<b>165.273</b>	<b>(16.600)</b>	<b>21.523</b>	<b>(122.941)</b>	<b>423.657</b>



**Demonstrações Financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>(124.141)</b>	<b>(3.765)</b>
Ajustes de Depreciação/Amortizações	21.839	21.924
Impairment dos Ativos	-	178
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(55)	-
Atualização Monetária AFAC/Reversão Subvenção	146.754	-
Varição Cambial Passiva (Importação)	72	365
Varição Cambial Ativa (Importação)	(87)	(145)
Baixa de Bens Imobilizados	807	2.241
Produção Bens Imobilizado	(236)	-
Produção de Bens em Estoque	(1.669)	(1.862)
Reversão/ Provisão p/Devedores Duvidosos	(2.040)	3.433
Aumento de Recursos a Receber para Provisão de Contingências	(33.252)	(22.074)
Aumento Provisão para Contingências	33.252	22.074
Doações de Bens Móveis	(1.978)	(3.394)
Doação de Mercadorias	(4.511)	(3.057)
	<b>158.897</b>	<b>19.683</b>

**Varição de Ativos e Passivos**

Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	7.360	2.268
Recursos a Receber de Provisão de Férias	(9.430)	(3.798)
Recursos a Receber de Licença Especial	(5.015)	(5.619)
Recursos a Receber de Previdência Privada (CP e LP)	5.961	6.236
Adiantamentos a Pessoal	(2.930)	(561)
Outras Contas a Receber a Curto Prazo	(1.390)	418
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	(165)	(499)
Importações em Andamento (Estoque)	977	(109)
Estoques	7.689	7.489
Despesas Pagas Antecipadamente	6	(121)
Fornecedores	(2.486)	(2.528)
Outras Obrigações a Pagar	(11.374)	13.486
Obrigações com Pessoal	1	-
Obrigações Sociais a Pagar	(264)	396
Obrigações Tributárias a Pagar	673	(632)
Provisão p/Férias	9.430	3.798
Provisão p/Previdência Privada (CP e LP)	(5.961)	(6.236)
Provisão p/Licença Especial	5.015	5.619
	<b>(1.903)</b>	<b>19.607</b>

**Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais**

**32.852**

**35.525**

**Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento**

Aquisições de Bens Imóveis	(169.930)	(134.248)
Aquisições de Bens Móveis	(4.245)	(5.922)
Aquisições de Importação em Andamento	(1)	(274)
Aquisições de Bens Intangíveis	(100)	(2)

**Caixa Líquido gerado pelas atividades de investimento**

**(174.276)**

**(140.446)**

**Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento**

Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas Repassadas	-	124.169
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	165.273	-

**Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento**

**165.273**

**124.169**

**Caixa Adicionado no Período**

**23.849**

**19.248**



**Demonstrações Financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	35.005	15.757
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	<u>58.855</u>	<u>35.005</u>
<b>Redução/Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b><u>23.849</u></b>	<b><u>19.248</u></b>
Doações de Bens Móveis (Imobilizado)	1.978	3.394
Doações de Mercadorias (Estoques)	4.511	3.057
Ajustes de Exercícios Anteriores	.	413
<b>Transações que não envolveram o Caixa</b>	<b><u>6.489</u></b>	<b><u>6.864</u></b>

Página 9



**Demonstrações Financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Valor Adicionado	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receitas</b>		
Prestação de Serviços	222.864	224.751
Outras Receitas	36.968	18.267
Prov. Créd. Liq. Duv.-Reversão/Constituição	464	(3.570)
Reversão Custo Diferido	(34.279)	-
	<b>226.017</b>	<b>239.448</b>
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)</b>		
Custos dos Serviços Prestados	(135.252)	(142.751)
Serviços de Terceiros	(132.426)	(133.026)
Perda/recuperação de Valores Ativos	(762)	(1.819)
	<b>(268.440)</b>	<b>(277.596)</b>
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>(42.423)</b>	<b>(38.148)</b>
Despesas com Depreciação/Amortização	22.404	22.687
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>	<b>(64.828)</b>	<b>(60.835)</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferências</b>		
Receitas Financeiras	2.649	2.270
Repasses Recebidos (-) Subvenções	1.128.151	1.003.401
Repasses Concedidos/Diferido	(1.494)	(455)
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	(620)	6.680
Receitas de Aluguéis	4.083	3.671
	<b>1.132.768</b>	<b>1.015.567</b>
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>1.067.940</b>	<b>954.732</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração Direta	724.932	650.603
Benefícios	76.127	69.151
FGTS	62.231	52.773
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>		
Federais	195.010	176.421
Estaduais/Municipais	85	181
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>		
Despesas Financeiras	129.703	5.568
Locação de Imóveis/Condomínio	1.060	938
Locação de Máquinas e Equipamentos	2.933	2.862
<b>Remuneração dos Capitais Próprios</b>		
Resultados Retidos do Exercício	(124.141)	(3.765)
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>	<b>1.067.940</b>	<b>954.732</b>



## Notas Explicativas

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

## Notas Explicativas

### 01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 02 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e a pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um Hospital Geral Universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Convênios Privados e a Pacientes Particulares.

Em 21 de novembro de 2017 foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o a Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA) como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF) e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e a Diretoria Executiva (DE) que é composta por Diretora-Presidente, Diretor-Médico e Diretor Administrativo.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptoria dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal, composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Fazenda (MF).

### 02 Principais Políticas Contábeis

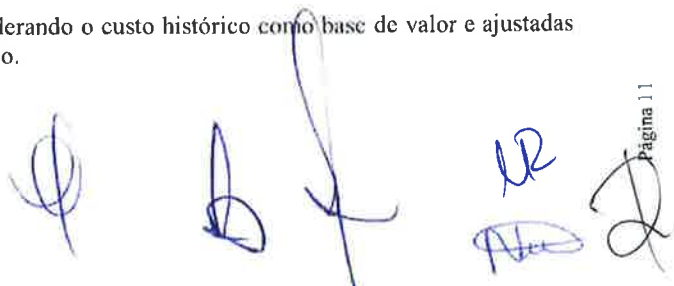
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

#### (a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendem as disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações subsequentes incluindo a aplicação da Lei n° 11.638/07), as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos e as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, essa demonstração está sendo apresentada pela Instituição como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de todo o Ativo Imobilizado.







## Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

### (b) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Em julho de 2017, foi atualizada a macrofunção SIAFI nº 02.11.22 a qual normatiza as participações da União no Capital das Empresas e define o reconhecimento dos valores repassados pela União para investimentos, como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Atendendo a estas orientações, os valores recebidos até 31/12/2016 foram registrados no Passivo Não Circulante (PNC) como Instrumentos Financeiros e corrigidos pela Taxa SELIC nos termos do Decreto nº 2.673/1998 e os valores recebidos a partir de janeiro de 2017 foram registrados no Patrimônio Líquido (PL) como Instrumentos Patrimoniais. Esta Norma define também, que os repasses recebidos da União para custeio (sem contraprestação da empresa investida) devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Devido ao exposto, os valores de Subvenções e Doações Governamentais, que até 30 de junho de 2017 eram registrados no Passivo Não Circulante (PNC) e reconhecidos no resultado quando da sua realização, em conformidade com a NBC T TG nº 07, foram transferidos para as contas de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e os valores registrados em Subvenções que correspondiam a repasses recebidos para Custeio e o saldo existente na conta de Custos Diferidos (valor já realizado) foram transferidos para o Resultado do Exercício de 2017.

**Nota de conciliação:** Os registros no SIAFI, com base na Lei, nº 4.320 de 1964, referente a correção do AFAC pela taxa SELIC e às reversões das Subvenções para Custeio e do saldo na conta Custos Diferidos, foram realizados em conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, conforme prevê a Nota Técnica nº 04/2017/CCON/CGF/SPO/SPO, enquanto que na Contabilidade Societária, levantada com base na Lei, nº 6.404 de 1976, foram realizados em contas de Resultado do Exercício de 2017.

O registro em conta de Resultado do Exercício de 2017 deve-se ao fato de que a contabilização, até então, possuía amparo na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada através da Resolução 1.305/10 pelo Conselho Federal de Contabilidade, além disso, o disposto no Pronunciamento Técnico – CPC 23, que trata das políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro, prevê que para aplicar, retrospectivamente, nova política contábil ou corrigir erro de período anterior, devem ser identificadas evidências das circunstâncias que existiam à época em que a transação, outro evento ou condição ocorreu, e que estavam presentes e disponíveis quando as demonstrações contábeis relativas àquele período anterior foram elaboradas e que a informação teria estado disponível quando as demonstrações contábeis desse período anterior foram autorizadas para divulgação. Porém, no presente caso, a unificação do critério de contabilização e reconhecimento dos repasses realizados pela União como AFAC ocorreu em julho de 2017, ou seja, posterior a publicação das Demonstrações Financeiras dos exercícios anteriores.

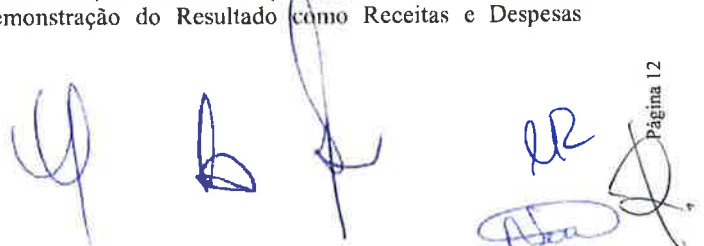
Adicionalmente ao exposto, foi considerada a manifestação da Auditoria Independente a qual validou o critério utilizado até 31/12/2016 pelo HCPA e considerou o efeito desta mudança como resultado do exercício de 2017 e não retrospectivo.

### (c) Base da elaboração das Demonstrações Financeiras

A elaboração das Demonstrações Financeiras observa os aspectos da Lei 6.404/76 e Lei 11.638/07 e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Financeiro do Governo Federal, no qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei nº 4.320/76.

### (d) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação, realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Receita Federal do Brasil- RFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbios sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.





## Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

### (e) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: Caixa e Equivalentes de Caixa, Crédito de Fornecimento de Serviços, Recursos a Receber para Provisões de Contingências, Recursos a Receber para Apropriações por Competência de: Férias, Décimo Terceiro Salário, Licença Especial, Tempo de Serviço Passado / Previdência Privada e demais contas a receber.

A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, ativos disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Instituição tem como passivos financeiros não derivativos fornecedores e outras contas a pagar.

### (f) Caixa e equivalentes de caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

### (g) Estoques

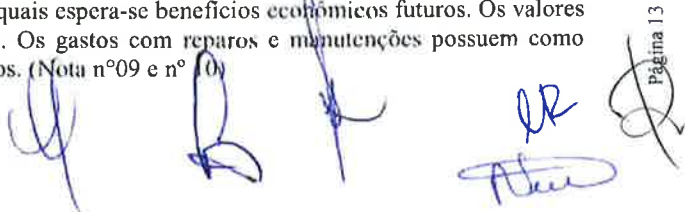
Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 31 de dezembro de 2017. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas de estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.

### (h) Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais estão compostos de valores recursais vinculados a causas trabalhistas, corrigidos até 31 de dezembro de 2017. Os recursos vinculados aos processos trabalhistas, depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. Os depósitos recursais referentes a processos trabalhistas são pagos com recursos próprios. Quando da execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional e o valor do depósito existente é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

### (i) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes no Patrimônio e nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do Ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e quando dos quais espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Os gastos com reparos e manutenções possuem como contrapartida o resultado do exercício, quando incorridos. (Nota nº09 e nº0)





**Notas Explicativas**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização nas Demonstrações Financeiras está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Maquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis, Utensílios Diversos.	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

**(j) Impairment de ativos não financeiros**

A administração do HCPA revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem, quando um valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não pode ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração, com base nos fluxos de caixa futuros projetados e descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda dos ativos menos os custos estimados para venda e b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou unidade geradora de caixa.

**(k) Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento que é de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido. (Nota nº 11)

**(l) Obrigações Tributárias**

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre receitas próprias e os valores retidos dos fornecedores, referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e Leis Federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1.234 de 11/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. A Instituição goza de isenção dos demais tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970. (Nota nº 12)

**(m) Benefícios a Empregados**

A Instituição possui diversos planos de benefícios a empregados, como auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio alimentação, entre outros, que são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



**Notas Explicativas**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**(n) Contingências**

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível é de: R\$ 11.032 Cíveis, R\$ 116.024 Trabalhistas e R\$ 19.619 Tributárias, totalizando R\$ 146.676.

Os valores estimados das causas trabalhistas e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que esta despesa é coberta por recursos repassados pelo Tesouro Nacional. (Nota nº13).

**(o) Reconhecimento da Receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

**(p) Serviços Prestados**

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto sem deduções.

**(q) Repasses Recebidos**

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento do Tempo de Serviços Passado / Previdência Complementar e outras despesas, todas relacionadas com os funcionários da Instituição.

Também estão inclusas as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio.

Ainda fazem parte desta rubrica, as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

**(r) Ajustes da Receita Bruta**

Neste grupo, até 31/12/2016, foram lançados os ajustes da conta de receita de Repasses Recebidos, conforme prevê o CPC nº. 7 (R1) e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.143 de 21 de novembro de 2008, sendo a receita excluída do resultado e lançada no Passivo no momento da descentralização ou da transferência dos créditos, e incluída no Resultado quando da respectiva baixa no Passivo na mesma proporção em que ocorria a apropriação das despesas de custeio ou as despesas de depreciação dos bens adquiridos com esses recursos ou ainda, na devolução dos recursos não utilizados.



## Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

A partir de 2017 os repasses recebidos da União para Investimento passaram a ser registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), em conformidade com o disposto na macrofunção SIAFI nº 02.11.22.

### (s) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida à receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

### (t) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com a compatibilização dos valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle do HCPA que considera as seguintes premissas de cálculo: a análise é feita por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins, sendo 36 classificados como administrativos e 150 grupos relacionados à atividade fim. Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referente os complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagas ou incorridos correspondente às receitas de serviços reconhecidas no exercício. (Nota nº21).

### (u) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo o Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 8.666/93 (item 9.1.10 do relatório de Auditoria - Acórdão/TCU nº 1276/2008), o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no seguinte endereço eletrônico: [www.hepa.edu.br](http://www.hepa.edu.br) e intranet.

### (v) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas

Das normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Instituição destaca-se a abaixo apresentada. Ressalta-se que não foram identificados contratos com obrigações de desempenho previstas que resultem em mudança de registros contábeis no HCPA.

## 03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) assim como da Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro resultantes de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN) e pela Diretoria Executiva do HCPA.



**Notas Explicativas**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

**04 Gestão de Risco Financeiro**

**(a) Risco de Liquidez**

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN). A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento efetivo dos mesmos.

**(b) Risco de Crédito**

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, valores a receber do Tesouro Nacional e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações.

No exercício de 2017 os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 13.414, de 10 de janeiro de 2017, publicada no DOU em 11 de janeiro de 2017.

**(c) Estimativa do Valor Justo**

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho Diretor (atual Conselho de Administração) na reunião nº 418, realizada em 23 de outubro de 2017, as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativos a perdas prováveis (*impairment*) de Contas a Receber de Clientes, utilizando como critério as contas não recebidas e vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido de uma análise técnica qualitativa de cada devedor.

Os Estoques garantem 53,15 dias de utilização, com os preços médios devidamente de acordo com o mercado. O volume dos estoques decorre muitas vezes da política governamental orçamentária de cada exercício. Existem recursos subvencionados para este fim que necessitam ser liquidados durante o exercício.

**05 Caixa e Equivalentes de Caixa**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	17	10
Conta Corrente	1.900	3.007
Depósitos Bancários de Curto Prazo	25.093	22.995
Conta Limite de Saque	31.845	8.993
<b>Saldo Contábil</b>	<b><u>58.855</u></b>	<b><u>35.005</u></b>



**Notas Explicativas**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para cobrir despesas de capital ou custeio.

**06 Créditos de Fornecimento de Serviços**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	35.914	45.392
Convênios Privados	13.537	14.198
Clientes Particulares	2.696	223
Créditos Diversos	419	119
Subtotal	<u>52.566</u>	<u>59.932</u>
Apropriação por Competência – PCLD	(16.688)	(18.729)
Valor Líquido a Receber	<u>35.878</u>	<u>41.203</u>
Outras Faturas a Receber (FNS)	<u>4.624</u>	<u>4.624</u>
<b>Saldo Contábil</b>	<b><u>40.502</u></b>	<b><u>45.827</u></b>

Os Créditos de Fornecimento de Serviços correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição.

O valor de R\$ 4.624, outras faturas a receber, corresponde ao valor devolvido ao FNS referente à ação nº 8585 devido o cancelamento de RAPNP (2012 a 2014) parcela esta pertencente ao contrato firmado com o Gestor de Saúde do Município de Porto Alegre pela prestação de serviços SUS. A Instituição aguarda reposição do crédito orçamentário e financeiro, visto o cancelamento dos Restos a Pagar Processados (RAPs) ter sido motivado pelo rompimento de contratos com fornecedores. Não houve, em etapas posteriores, nova licitação para atender as demandas de custeio das atividades do HCPA inerentes aos contratos cancelados.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD” ou “Impairment”).

**07 Adiantamentos de Pessoal**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Décimo Terceiro Salário	7.322	5.790
Férias	4.778	3.868
Abono sobre Férias	2.389	1.900
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	13	14
<b>Saldo Contábil</b>	<b><u>14.502</u></b>	<b><u>11.572</u></b>

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, a Instituição tem por prática adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2017 enquanto que o saldo de férias refere-se ao pagamento em dezembro relativo à competência janeiro de 2018.

**08 Estoques de Materiais de Consumo**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Medicamentos	6.951	6.367
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	7.472	9.722
Material de Órtese e Prótese	1.275	1.170
Materiais e Utensílios	454	397
Rouparia (uniformes)	1.217	1.110

**Notas Explicativas**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	336	408
Material Expediente/Informática/Gráfica	404	511
Combustíveis, Lubrificantes, Gases	71	74
Materiais Engenharia/Ferramentas/Elétrico/Predial	2.144	2.074
<b>Saldo Contábil</b>	<b>20.324</b>	<b>21.833</b>

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado.

**09 Imobilizado**

	Tx. %	Custo	Depreciação	Redução a valor recuperável	31/12/2017 Saldo	31/12/2016 Saldo
Edifícios	1	210.541	(52.178)	-	158.363	162.495
Terrenos		68.414	-	-	68.414	68.786
Obras em Andamento [1]		458.192	(262)	-	457.930	290.432
Bens Móveis e Imóveis	10 a 20	210.312	(121.143)	(124)	89.045	96.103
Informática	20 a 50	23.060	(14.936)	-	8.124	6.991
Veículos Diversos	10 a 20	1.016	(714)	(43)	259	350
Subtotal Imobilizado		971.535	(189.233)	(167)	782.135	625.157
Importação em Andamento		16	-	-	16	-
<b>Saldo Contábil</b>		<b>971.551</b>	<b>(189.233)</b>	<b>(167)</b>	<b>782.151</b>	<b>625.157</b>

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de benfeitorias em prédios de terceiros, razão pelo qual há depreciação.

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados.

A depreciação acumulada está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

**(a) Movimentação do Ativo Imobilizado**

	Custo 31/12/2016	Aquisições	Ajuste Menos Valia	Baixas	Custo 31/12/2017
Edifícios	210.541	-	-	-	210.541
Terrenos	68.414	-	-	-	68.414
Obras em Andamento <sup>1</sup>	290.617	167.575	-	-	458.192
Bens Móveis e Imóveis	202.186	6.193	2.563	(629)	210.312
Informática	20.421	2.630	196	(187)	23.060
Veículos Diversos	1.003	-	13	-	1.016
<b>Total Imobilizado</b>	<b>793.182</b>	<b>176.398</b>	<b>2.772,11</b>	<b>(816)</b>	<b>971.535</b>





**Notas Explicativas**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**10 Intangível**

	<u>Tx. %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Software	20 a 50	6.178	(5.777)	401	765
<b>Saldo Contábil</b>		<b>6.178</b>	<b>(5.777)</b>	<b>401</b>	<b>765</b>

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada.

A amortização acumulada está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

**11 Fornecedores**

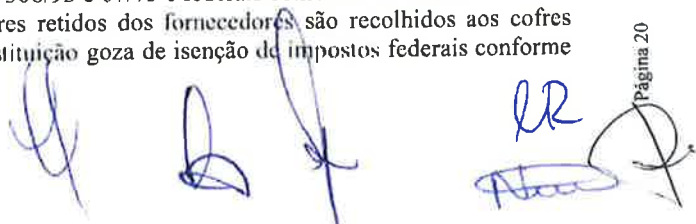
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Consórcio Tratenge Engeform	13.678	2.054
Nacon Engenharia Ltda.	1.180	-
ACECO TI S.A.	1.034	-
Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda.	2.962	-
	<u>18.854</u>	<u>2.054</u>
Demais Fornecedores	<u>16.891</u>	<u>36.177</u>
<b>Saldo Contábil</b>	<b><u>35.745</u></b>	<b><u>38.231</u></b>

Entre os quatro principais fornecedores, que representam 52,74% do saldo total de Fornecedores a Pagar em dezembro de 2017, está o Consórcio Tratenge Engeform que é responsável pela realização das obras dos Anexos cujo projeto é o de expansão do HCPA. A contratação desta empresa foi realizada por meio do processo licitatório nº 128663 em 2013 e contrato nº 12727. O valor nominal do contrato é de R\$ 397.338 tendo como saldo atualizado até 31/12/2017 o valor de R\$ 471.370. A previsão de conclusão das obras e quitação do fornecedor é dezembro/2018 o que depende do valor a ser repassado para o HCPA, na ação 148G, no ano de 2018. E o fornecedor Nacon Engenharia Ltda. responsável pela realização das obras de construção e ampliação do Edifício Garagem, esta contratação ocorreu por meio de processo licitatório nº 131.407 do ano de 2014, contrato nº 15.212. A previsão de conclusão é em julho de 2018. O valor nominal do contrato é de R\$ 9.712 e seu valor atualizado até 31/12/2017 é de R\$10.792.

**12 Obrigações Tributárias e Sociais**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Tributos Federais e Municipais retidos de Fornecedores	2.289	1.705
PIS sobre Faturamento	42	26
COFINS sobre Faturamento	195	123
Obrigações Tributárias	<u>2.526</u>	<u>1.854</u>
Obrigações Sociais	<u>292</u>	<u>556</u>
<b>Saldo Contábil</b>	<b><u>2.818</u></b>	<b><u>2.410</u></b>

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os impostos federais PIS e COFINS e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e federais conforme IN/RFB nº 1234 de 30/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme





**Notas Explicativas**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970. O saldo de Obrigações Sociais é composto pela retenção previdenciária incidente sobre serviços pagos a Fornecedores.

**13 Contingências e Apropriações por Competência**

			31/12/2017	31/12/2016
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Contingências (a)	8.346	257.506	265.852	232.601
Férias a Pagar (b)	94.789	-	94.789	85.359
Licença Especial (c)	49.966	-	49.966	44.951
Tempo de Serviço Passado TSP (d)	4.270	21.352	25.622	31.584
<b>Saldo Contábil</b>	<b>157.371</b>	<b>278.858</b>	<b>436.229</b>	<b>394.495</b>

A Instituição registra no ativo os recursos a receber relativos às provisões e valores a pagar registrados no passivo, provenientes de despesas com pessoal, os quais são custeados com recursos advindos do Tesouro Nacional.

Os recursos a receber, bem como os valores a pagar e provisões relacionadas estão mensurados pelo valor presente dos gastos, conforme segue:

**(a) Contingências**

			31/12/2017	31/12/2016
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Contingências Trabalhistas	6.382	241.159	247.541	215.312
Contingências Cíveis	1.964	15.475	17.439	16.546
Contingências Tributárias	-	872	872	743
<b>Saldo de Contingências</b>	<b>8.346</b>	<b>257.506</b>	<b>265.852</b>	<b>232.601</b>

A movimentação de precatórios e provisões de contingências do período está demonstrada a seguir:

				31/12/2017
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo Inicial	215.312	16.546	743	232.601
Adições	35.399	2.896	129	38.424
Baixas por Pagamento	(3.170)	(273)	-	(3.443)
Baixas por Reversão	-	(1.730)	-	(1.730)
<b>Saldo de Contingências</b>	<b>247.541</b>	<b>17.439</b>	<b>872</b>	<b>265.852</b>

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.



**Notas Explicativas**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Férias a Pagar**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Férias		
Saldo Inicial	62.225	59.441
Baixas	(63.929)	(57.041)
Apropriações	<u>71.615</u>	<u>59.825</u>
Total de Férias	<u>69.911</u>	<u>62.225</u>
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	22.296	22.100
Baixas	(23.811)	(21.262)
Apropriações	<u>26.393</u>	<u>22.296</u>
Total de Encargos sobre Férias	<u>24.878</u>	<u>23.134</u>
<b>Saldo de Férias a Pagar</b>	<b><u>94.789</u></b>	<b><u>85.359</u></b>

**(c) Licença Especial**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Licença Especial		
Saldo Inicial	32.769	28.684
Baixas	(5.372)	(4.088)
Apropriações	<u>9.021</u>	<u>8.173</u>
Total de Licença Especial	<u>36.418</u>	<u>32.769</u>
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	12.182	10.649
Baixas	(1.998)	(1.520)
Apropriações	<u>3.364</u>	<u>3.053</u>
Total de Encargos sobre Licença Especial	<u>13.548</u>	<u>12.182</u>
<b>Total de Licença Especial a Pagar</b>	<b><u>49.966</u></b>	<b><u>44.951</u></b>

**(d) Tempo de Serviço Passado (TSP)**

O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para Previdência Privada - TSP - a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 01 de junho de 2010, atualizadas pelo INPC com juros mensais de 0,4868%. Por ser, este valor, pago com Recursos do Tesouro Nacional possui, também, registro em Direitos a Receber no Ativo. O valor correspondente a doze prestações, encontra-se registrado no Ativo e Passivo Circulante e as demais prestações estão registradas no Ativo e Passivo Não Circulante.



**Notas Explicativas**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**14 Repasses Recebidos da União Para Investimentos e a Mudança de Critério Contábil**

**Demonstrativo dos Ajustes Realizados**

Itens	Contas	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
a	Subvenções e Doações para Investimentos	-	11.188
a	Receita Diferida	-	331.427
a	AFAC/ PNC	327.989	-
a	Receita / Resultado do Exercício de 2017	14.626	-
b	Custo Diferido	-	34.278
b	Despesa/ Resultado do Exercício de 2017	34.278	-
c	Correção pela Taxa SELIC s/ AFAC/PNC "C"	127.102	-
c	Despesa/Resultado do Exercício de 2017 "D"	127.102	-
d	Repasses a partir de 01/01/2017 > AFAC/PL	165.273	-

Para adequar os registros contábeis à mudança de critério citada na Nota 02, letra "b", foram realizados os seguintes ajustes:

(a) O saldo em 31/12/2016 das contas de Subvenções e Receita Diferida, de R\$ 11.188 e R\$ 331.427, respectivamente, foi transferido para as seguintes contas: R\$ 327.989 para a conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no Passivo Não Circulante e R\$ 14.626 e Receita / Resultado do Exercício de 2017.

(b) O saldo da conta de Custo Diferido em 31/12/2016 que era de R\$ 34.278, foi revertido para conta de Despesa do Exercício de 2017.

(c) O valor de R\$ 127.102 refere-se à correção do AFAC/PNC pela Taxa SELIC e foi registrado em Despesa Financeira do Exercício de 2017.

(d) A partir de 01/01/2017, os repasses recebidos para investimentos, foram registrados em conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no Patrimônio Líquido e totalizam R\$ 165.273 em 31/12/2017.

**15 Receita Diferida Líquida**

	31/12/2017	31/12/2016
Receita Diferida		
Saldo Inicial	-	203.648
Aquisições	-	127.779
<b>Saldo da Receita Diferida</b>	-	<b>331.427</b>
Saldo Inicial	-	(28.028)
Transferência para o Resultado	-	(6.251)
<b>Saldo de Custo Diferido</b>	-	<b>(34.279)</b>
<b>Total da Receita Diferida Líquida</b>	-	<b>297.148</b>

A partir de janeiro de 2017, devido a mudança de critério contábil, ver Nota nº 02, letra "b" e Nota nº 14, parte do saldo no grupo de Receita Diferida Líquida foi transferido para Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no Passivo não Circulante e parte revertido para resultado do exercício, ver Nota nº 14.

**Notas Explicativas**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**16 Obrigações da Previdência Complementar**

O Plano de Benefícios HCPA PREV foi criado em 2009, é patrocinado pelo Hospital de Clínicas, administrado e executado pela BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil, estruturado sob a modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, observando ainda que os Benefícios Programados apresentam a conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD).

Assim, observamos características de CD durante a fase de acumulação dos Benefícios Programados, onde o valor desses benefícios a serem concedidos quando da implementação das condições previstas pelos dispositivos regulamentares é conhecido, a posteriori, a partir da transformação do saldo acumulado nos Fundos Individual e Patrocinado ao longo da vida laborativa, conforme opção do Participante, em função do fator atuarial correspondente às características individuais dos Participantes e o respectivo grupo familiar. A partir de suas concessões, o pagamento destes é garantido vitaliciamente, independente da cobertura patrimonial existente nos saldos individuais, o que lhe atribui, também, características de BD.

Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 31 de dezembro de 2017 pela GAMA Consultores Associados, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

**Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial**

Taxa de Juros Atuarial		5,38%
Projeção de aumento Real Média dos Salários		zero
Taxa de Rotatividade		2,55%
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano		INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos		AT 2000M(Basise)
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Aposentados		AT 2000 M (Basise)
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos		EX-IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez		TASA 27
<b>Status do Fundo e Passivo/Ativo</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Valor presente da Obrigação Atuarial Líquida	(74.475)	(59.642)
Valor Justo dos Ativos do plano no Final do Período	84.285	63.047
Status do Plano de Benefícios / Superávit	9.810	3.405

Considerando a posição de 31 de dezembro de 2017 dos cálculos apresentados pela Mercer Human Resource Consulting (Mercer Gama), o Plano HCPA Previdência apresentou resultado superavitário.

**17 Capital Social**

O Capital Social pertence integralmente a União Federal. O último aumento de capital ocorreu em 13 de junho de 2012, com a incorporação dos lucros acumulados apresentados nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011 e autorizados pelo Ministério da Fazenda. Não houve evolução do Capital nos quatro últimos exercícios.

**18 Ajuste de Avaliação Patrimonial**

A partir da competência 2010, na medida em que os bens objeto do ajuste de avaliação patrimonial estão sendo realizados, ou seja, depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, simultaneamente, os respectivos valores são transferidos dessa conta para conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

**Notas Explicativas**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo Inicial em 01 de janeiro	(18.173)	(16.854)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(1.199)	(1.319)
Reversão de Menos-Valia	2.772	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(16.600)</u>	<u>(18.173)</u>

O do valor de R\$ 2.772 refere-se à reversão do valor de menos-valia (reavaliação) incidente sobre bens patrimoniais com saldo residual em 2010, insuficiente para o seu registrado. Este ajuste recompôs o saldo do Imobilizado e da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

**19 Reservas de Retenção dos Lucros e Prejuízos Acumulados**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo da Reserva de Lucros em 01 de janeiro	21.522	23.555
Resultado do Período Findo em 31 de Dezembro	(124.142)	(3.765)
<b>Absorção do Prejuízo do Exercício na Reserva de Lucros</b>	<b>(102.620)</b>	<b>19.790</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	413
Recomposição do Patrimônio Líquido (custo atribuído)	1.199	1.319
<b>Reserva de Lucros Acumulados</b>	<b>-</b>	<b>21.522</b>
<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>(101.419)</b>	<b>-</b>

O saldo em 31/12/2016 no valor de R\$ 21.522 é composto pelos resultados apurados nos exercícios de 2012 a 2016, os quais foram transferidos para Reserva de Retenção do Lucro atendendo o disposto na Lei 11.638/07.

**20 Receita Operacional Líquida**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Serviços Prestados		
SUS	163.537	171.368
Convênios, Particulares e Pesquisa	59.327	53.414
<b>Total de Serviços Prestados</b>	<b>222.864</b>	<b>224.782</b>
Repasse Recebidos		
Repasse Recebidos	1.245.728	1.105.348
Repasse de Apropriações a Receber	47.696	31.491
<b>Total de Repasses Recebidos</b>	<b>1.293.424</b>	<b>1.136.839</b>
<b>Total da Receita Bruta</b>	<b>1.516.288</b>	<b>1.361.621</b>
Ajustes da Receita		
Receita de Diferido (Reversão da Subvenção)	(620)	6.680
Subvenções e Doações Governamentais (AFAC)	(165.273)	(133.437)
Repasse Concedido	(1.494)	(456)
<b>Total de Ajustes da Receita</b>	<b>(167.387)</b>	<b>(127.213)</b>
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(389)	(348)
COFINS sobre Faturamento	(1.795)	(1.607)
Glosas e Abatimentos	-	(32)
<b>Total das Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(2.184)</b>	<b>(1.987)</b>
<b>Receita Líquida Operacional</b>	<b>1.246.717</b>	<b>1.232.421</b>



**Notas Explicativas**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**22 Custos dos Serviços e Despesas Administrativas por Natureza**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Custo dos Serviços</u>	<u>Despesas Administrativas</u>	<u>Total</u>
Salários e Encargos	740.099	179.393
Bolsas Residentes	24.955	6.049
Sentenças	4.063	985
Benefícios de Pessoal	61.923	15.010
Consumo de Materiais	108.864	26.388
Depreciações/Amortizações	18.033	4.372
Serviço de Terceiros	6.379	1.547
Consultoria/Serviços PF	9.672	2.345
Auxílio a Pesquisa/Fundação de Apoio	22.391	5.427
Loc./Manutenção Bens Móveis	8.703	2.109
Loc./Manutenção Proc. Dados	12.978	3.146
Loc./Manutenção Bens Imóveis	2.559	620
Energia Elétrica, Água e Telefone	13.722	3.326
Serviço de Controle Ambiental	888	215
Seleção e Treinamento	2.719	659
Serviços Laboratoriais	5.612	1.360
Serviços de Publicidade	357	87
Serviços de Cópias e Reprodução	2.335	566
Despesas com Transporte/Frete	570	137
Assinaturas/Seguros/Anuidades	1.502	363
(-) Incorporações Bens	(190)	(46)
(-) Produção Estoque e Permanente	(1.344)	(326)
<b>Subtotais</b>	<b>1.046.790</b>	<b>253.732</b>
Apropriação para Férias	7.590	1.840
Apropriação para Licença Especial	4.036	978
Provisão para Contingências	26.764	6.487
<b>Provisões e Apropriações</b>	<b>38.390</b>	<b>9.305</b>
<b>Saldo Contábil</b>	<b>1.085.180</b>	<b>263.037</b>
	<b>1.300.522</b>	<b>1.214.689</b>

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados compatibilizando os valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle da Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN) ver Nota 2, letra "t".

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

**23 Despesas com Benefícios a Empregados**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Auxílio Creche	1.369	1.260
Auxílio Alimentação	32.621	29.701
Vale Transporte	2.894	2.734
Assistência Médica	13.535	10.338
Previdência Privada	26.514	25.118
<b>Saldo Contábil</b>	<b>76.933</b>	<b>69.151</b>

**Notas Explicativas**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

**23 Outras Receitas e Despesas**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Outras Receitas		
Aluguéis	4.083	3.670
Receitas de Leilões	76	48
Indenizações e Restituições (Previdência)	13.868	9.899
Reversão de PCLD	1.347	736
Reversão Receita Diferida (AFAC)	14.626	-
Doações de Estoque e Uso Permanente	6.491	6.573
<b>Total de Outras Receitas</b>	<b><u>40.491</u></b>	<b><u>20.926</u></b>
Outras Despesas		
Pensões Indenizatórias e Outros Decrécimos	(1.520)	(6.081)
Reversão Custo Diferido (Subvenções /AFAC)	(34.279)	-
Resultado com Baixa de Bens		
Reversão Depreciação	-	688
Valor Bruto de Baixa de Bens	(278)	(2.241)
<b>Baixa de Bens e Outras Despesas</b>	<b><u>(36.077)</u></b>	<b><u>(7.634)</u></b>
<b>Saldo de Outras Receitas e Despesas</b>	<b><u>4.414</u></b>	<b><u>13.292</u></b>

O valor de R\$ 14.626 de Reversão da Receita Diferida refere-se a reversão de subvenções recebidas para custeio e o valor de R\$ 34.279 Custo Diferido, refere-se a reversão para atender a mudança de critério contábil, ver Nota nº 26.

**24 Resultado Financeiro**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	2.092	1.816
Juros e Multas Previstos em Contratos	415	311
Variação Cambial e Monetária Ativa	142	143
<b>Total Receita Financeira</b>	<b><u>2.649</u></b>	<b><u>2.270</u></b>
Despesa Financeira		
Juros sobre TSP e Multas	(1.903)	(2.897)
Variação Cambial	(698)	(2.671)
Correção Monetária AFAC	(127.102)	-
<b>Total Despesa Financeira</b>	<b><u>(129.703)</u></b>	<b><u>(5.568)</u></b>
<b>Saldo Contábil</b>	<b><u>(127.054)</u></b>	<b><u>(3.298)</u></b>

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.





## Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

O valor de R\$ (127.102) de correção monetária é referente à atualização pela SELIC dos repasses recebidos para Investimentos, registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) (Nota nº 14).

### 25 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada é de R\$ 320.408 e a vigência da apólice é de 01 de junho de 2017 a 01 de junho de 2018.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 01 de junho de 2017 a 01 de junho de 2018. A importância segurada é de R\$ 13.277.

### 26 Conciliação das Demonstrações Financeiras com Base na Lei nº 6.404/76 e lei nº 4.320/64

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre é uma empresa pública de direito privado sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 e às mudanças impostas pela Lei nº 11.638/07 para fins contábeis e societários. Segundo a Lei de responsabilidade Fiscal (LRF), a Instituição é considerada estatal dependente, vinculada ao Ministério da Educação que, por determinação legal, utiliza o sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI), na modalidade total, para registro de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial, cuja base é a Lei nº 4.320/94.

No quadro abaixo demonstra-se os valores do exercício de 2017 que compõe a contabilização em cada uma das Leis mencionadas.

#### Balanço Patrimonial

Ativo	6.404/76	4.320/64	Diferença
<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalente de Caixa	58.854	58.854	-
Créditos a Receber Curto Prazo	231.509	72.137	159.372
Estoques	20.555	20.555	-
(-) Ajuste de perdas de Créditos	(16.848)	(16.848)	-
Despesas Pagas Antecipadamente	134	134	-
	<b>294.206</b>	<b>134.833</b>	<b>159.372</b>
<b>Não Circulante</b>			
Créditos a Receber a Longo Prazo	278.858	-	278.858
Depósitos Judiciais	2.010	2.010	-
Imobilizado	782.552	779.780	2.772
	<b>1.063.420</b>	<b>781.790</b>	<b>281.630</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.357.626</b>	<b>916.623</b>	<b>441.003</b>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with the initials 'LR'.



**Notas Explicativas**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	6.404/76	4.320/64	Diferença
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	35.745	32.761	2.984
Outras Obrigações	164.275	164.383	(108)
	<b>200.020</b>	<b>197.144</b>	<b>2.876</b>
<b>Não Circulante</b>			
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	455.090	452.878	2.212
Provisões p/ Contingências e TSP	278.858	279.219	(361)
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Realizado	376.403	376.403	-
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	165.273	165.419	(146)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(16.600)	(19.372)	2.772
Reservas de Lucro	21.523	2.518	19.005
Resultado de Exercícios Anteriores - Prejuízos	-	(393.323)	393.323
Resultado do Exercício	(122.941)	(57.911)	(65.029)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(86.353)	86.353
	<b>423.657</b>	<b>(12.619)</b>	<b>436.276</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.357.626</b>	<b>916.623</b>	<b>441.002</b>

**Ativo Circulante e Não Circulante:** os valores de R\$ 157.371 (de R\$ 159.372) e R\$ 278.858, correspondem aos recursos a receber relativos as apropriações por competência e as provisões de contingências referente as despesas com pessoal custeadas com Recursos do Tesouro Nacional e R\$ 2.001 (de R\$ 159.372) refere-se ao crédito a receber, Plano de Saúde (UNIMED), descontado na folha de dezembro de 2017, a ser ressarcido em 01/2018.

**Ativo Permanente:** R\$ 2.772, refere-se ao ajuste do valor da reavaliação negativa (menos-valia) registrado em 2014 retroativo a 2010 na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial, registrado no SIAIF em 01/2018.

**Passivo Circulante:** o valor de R\$ 2.984 na conta Fornecedores, refere-se a R\$ 2.103 da NF da empresa UNIMED (plano de saúde), correspondente à retenção FOPAG de 12/2017, parte devida pelos funcionários a qual será ressarcida em janeiro de 2018 e o valor de R\$ 879 referente à apropriação de despesa com serviço de segurança e tecnologia da informação. O valor de R\$ 108 refere-se a provisão complementar do valor de bolsas devidas a Professores, registro realizado no SIAFI em 01/2018.

**Passivo Não Circulante:** o valor de R\$ 2.212 refere-se ao complemento da correção pela taxa SELIC incidente sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), ajustado para adequar ao cálculo pela taxa diária do BC. E o valor de (R\$ 361) refere-se ao ajuste da provisão para contingência de acordo com o relatório recebido da CONJUR/HCPA.

**Patrimônio Líquido:** do valor de R\$ 436.276: (R\$ 146) refere-se a devolução em 12/2017 de repasses recebidos para investimento, apropriados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), R\$ 2.772 refere-se ao ajuste do valor da reavaliação negativa (menos-valia), (R\$ 361) refere-se à baixa de provisão para riscos cíveis, conforme relatório da CONJUR, valores a ser registrados n SIAFI em janeiro de 2018. O valor de R\$ 436.229 refere-se aos recursos a receber relativos a apropriações por competência e a provisões de contingências provenientes de despesas com pessoal custeadas com Recursos do Tesouro Nacional, com contrapartida em contas de Ativo Circulante e Não Circulante e (R\$ 5) refere-se à reversão da provisão do Tempo de Serviços Passados – TSP registrada no SIAFI em 2015 cujo pagamento ocorreu em 2017.



**Notas Explicativas**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Ajustes de Exercícios Anteriores: para atender a mudança de critério contábil, conforme exposto na Nota de nº 02, letra "b", o valor de R\$ 86.353 foi registrado no SIAFI em conta de Resultado de Exercícios Anteriores e na Contabilidade Societária como Resultado do Exercício de 2017, conforme segue:

R\$ 14.626 refere-se à reversão de subvenções recebidas para custeio e apropriadas em conta de Receita Diferida, (R\$ 84.039) referente ao valor da correção monetária pela SELIC incidente sobre os Repasses recebidos da União para Investimento e reconhecidos no Passivo Não Circulante como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), conforme Decreto nº 8.945 de 2016 e (R\$ 34.278) refere-se à reversão do saldo existente em 31/12/2016 na conta Custo Diferido.

Além do acima exposto, foram registrados no SIAFI os seguintes valores: reversão de R\$ 17.996 referente a precatórios provisionados a maior em 2016 e a reversão do valor de adiantamentos realizados através de convênios (SICONV) no valor de (R\$ 658) este atendendo a mudança de critério contábil da CCONT/STN a qual define o registro a partir de 2017 somente em contas de Controle.

<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>	<b>6.404/76</b>	<b>4.320/64</b>	<b>Diferença</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>1.516.287</b>	<b>1.469.754</b>	<b>46.533</b>
Ajustes da Receita Bruta	(2.184)	(2.184)	-
Deduções da Receita Bruta	(2.114)	(2.114)	-
Repasses Transferidos para AFAC	(165.273)	(165.419)	146
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.346.716</b>	<b>1.300.036</b>	<b>46.680</b>
Custo dos Serviços	(1.085.180)	(1.083.258)	(1.922)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>261.537</b>	<b>216.778</b>	<b>44.758</b>
Despesas Operacionais	(263.037)	(262.571)	(466)
Outras Receitas e Despesas	4.414	28.685	(24.271)
<b>Lucro Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>2.913</b>	<b>(17.108)</b>	<b>20.021</b>
Resultado Financeiro	(127.054)	(40.803)	(86.251)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>(124.141)</b>	<b>(57.911)</b>	<b>(66.230)</b>

O valor de R\$ 46.533, é composto por R\$ 47.696 do grupo Receita Bruta Operacional que refere-se à contrapartida do registro de recursos a receber para cobertura de despesas com pessoal apropriadas por competência e a provisão para contingências, pagas com recursos do Tesouro Nacional e (R\$ 1.162) referente ao recebimento dos valores faturados no Projeto de Recuperação Intestinal de Crianças e Adolescentes (PRICA) e a parcela faturada contra a empresa Brasileira de Hospitais Universitários (EBSERH) / Cursos de Mestrados, registrados no SIAI em 01/2018.

O valor de R\$ 146 refere-se a devolução de repasses recebidos para investimento, apropriados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) cujo registro de estorno no SIAFI ocorrerá em 01/2018.

O valor de (R\$ 1.922) no grupo Custos dos Serviços e (R\$ 466) no grupo Despesas Operacionais, referem-se a despesas com Serviços de Vigilância e Tecnologia da Informação, registradas na contabilidade societária em 2017 e no SIAFI em janeiro de 2018.



**Notas Explicativas**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

O valor de (R\$ 24.271) no grupo Outras Receitas e Despesas, refere-se a: R\$ 14.626 reversão de subvenções recebidas para custeio e apropriadas em conta de Receita Diferida e de (R\$ 34.278) à reversão do saldo existente em 31/12/2016 na conta Custo Diferido, em virtude da mudança de critério contábil conforme definido na Nota de nº 02, letra "b", e (R\$ 658) refere-se a baixa de Adiantamento de Convênios com Outras Entidades atendendo a mudança de critério contábil da CCONT/STN a qual define que a partir de 2017 o registro destes adiantamentos deve ser em contas de Controle e (R\$ 5.961) ajuste do registro de baixa das parcelas pagas em 2017 referente ao financiamento do Tempo de Serviço Passado (TSP) o qual foi provisionado integralmente em 2015.

O valor de (R\$ 86.251) no grupo Resultado Financeiro, refere-se ao valor de ( R\$ 84.039) da correção monetária pela SELIC incidente sobre os Repasses recebidos da União para Investimento e reconhecidos no Passivo Não Circulante como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), conforme Decreto nº 8.945 de 2016. Este valor foi registrado em conta de resultado do exercício de 2017 enquanto que no SIAFI foi registrado em conta de ajustes de exercícios anteriores, conforme demonstrado na nota de nº 26. E ao valor de (R\$ 2.212) referente ao ajuste do valor da correção registrado no SIAFI com base na taxa diária da Receita Federal e na Societária calculada com base na taxa do Banco Central, a diferença será apropriada no SIAFI em 02/2018.

**27 Conciliação dos Repasses Recebidos como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e seu Reflexo na Coordenação-Geral de Participações Societárias (COPAR)**

Foram registrados no HCPA os seguintes valores como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social:

Contas	HCPA	COPAR	DIFERENÇA
AFAC/PNC	327.988	327.988	-
Correção/SELIC	127.102	124.890	2.212
AFAC/PL	165.273	93.437	71.836

O valor de R\$ 71.836 refere-se aos valores recebidos em 2017 anteriores à mudança de critério contábil e os valores transferidos por outros órgãos, não provenientes da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO/MEC). Quanto ao valor de R\$ 2.212, refere-se ao complemento da correção/SELIC com base na taxa diária publicada pelo Banco Central, o registro será realizado no SIAFI em 2018.



**Notas Explicativas**

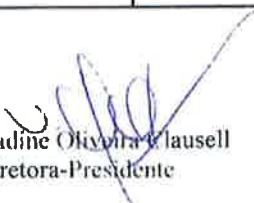
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**28 Remunerações Pagas a Empregados e Administradores**

De acordo com a Resolução nº 03, de 31 de dezembro de 2010 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) publicada no Diário Oficial da União em 28 de março de 2011, apresentamos o quadro abaixo. O valor da remuneração contempla os adicionais fixos.

Mensal	2017			2016		
	Remuneração Administradores	Remuneração Empregados	Salário Base Empregados	Remuneração Administradores	Remuneração Empregados	Salário Base Empregados
Maior	34	34	23	34	34	21
Menor	34	2	2	34	2	1
Média	34	7	5	34	6	5

  
Prof. Nadine Oliveira Klausell  
Diretora-Presidente



Prof. Milton Berger  
Diretor-Médico



Me. Jorge Luis Bajerski  
Diretor Administrativo



Contadora Neiva Teresinha Finato  
Coord. de Gestão Contábil - CRC/RS nº 53.292



Luciana Raupp Rios Wohlgenuth  
Contadora - CRC/RS nº 69.663

